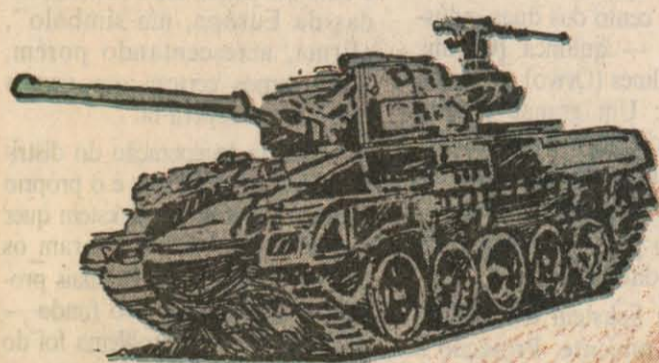


13/4 p. 6 Ecol.

Exército abre estrada em parque ecológico



● Rodovia ilegal do projeto Calha Norte cortará reserva do Pico da Neblina e territórios indígenas no Amazonas

Ronaldo Brasiense

BRASÍLIA — O Exército brasileiro está construindo uma rodovia que, irregularmente, atravessa duas reservas indígenas das nações tucano e ianomâmi, no Alto Rio Negro, Amazonas, e corta ainda o Parque Nacional do Pico da Neblina, uma das mais importantes unidades de conservação brasileiras encravada na fronteira do Brasil com a Venezuela. A estrada, inserida no Projeto Calha Norte, é um ramal rodoviário ligando a BR-307 (São Gabriel da Cachoeira-Cucuí) à área indígena ianomâmi Maturacá, no Vale da Neblina. A estrada vem sendo construída sem autorização da Funai e do Ibama, num flagrante desrespeito às legislações indigenista e ambiental do País.

“O Ibama já recebeu a denúncia, feita pelo chefe do Parque Nacional do Pico da Neblina, Ézio Borba, de que a estrada vem sendo construída pelo Exército, e está acompanhando o processo”, reconhece o diretor de Ecossistemas do Ibama, Miguel Milano. “A princípio, a Constituição reza que estradas para o escoamento de divisas são proibidas dentro de parques nacionais”, explica a presidente do Ibama, Maria Tereza Jorge Pádua, responsável pela criação do Parque Nacional do Pico da Neblina quando dirigia o Departamento de Parques do extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), no final da década de 70. Maria Tereza mostrou, porém, que em determinados casos é permitida a construção de vias de acesso dentro de parques nacionais, mas com o

devido acompanhamento do órgão responsável pelo setor ambiental brasileiro.

Para Maria Tereza Pádua, o importante é que o Ibama acompanhe todo o processo, influenciando inclusive a escolha do melhor traçado do ramal rodoviário para evitar prejuízos ao parque nacional, uma unidade de conservação que permite apenas o uso indireto de seus recursos. “Evidentemente, o Exército não pode abrir uma estrada dentro de um parque nacional sem diálogo e sem acompanhamento do órgão responsável pela política ambiental brasileira”, diz Maria Tereza, que se compromete a manter contato com o ministro do Exército, general Carlos Tinoco.

Dentro do Projeto Calha Norte, idealizado no governo José Sarney pelo então ministro-chefe do Gabinete Militar e Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, general Rubem Bayma Denys — atualmente chefiando o Comando Militar do Sul, em Porto Alegre —, as Forças Armadas brasileiras vêm construindo estradas, pistas de pouso, escolas, postos de saúde e implantando pelotões especiais ao longo da fronteira do Brasil com Colômbia e Venezuela. O programa, considerado de “segurança nacional”, visa preencher os espaços vazios numa das mais inóspitas regiões do país, principalmente na área conhecida como Cabeça do Cachorro, onde atuam contrabandistas de armas, narcotraficantes e grupos guerrilheiros colombianos.

O presidente da Funai, Sidney Possuelo, embora ciente de que o Exército constrói a estrada atravessando áreas indígenas demarcadas, prefere não atacar o

problema agora, segundo confidenciaram assessores diretos da presidência da Funai. Possuelo não quer criar mais atritos com os ministros militares, ainda magoados com a decisão governamental de se demarcar os 9,4 milhões de hectares da reserva indígena ianomâmi, em Roraima e no Amazonas. “A Funai tem conhecimento da construção da estrada e está tomando as providências cabíveis”, informa o sertanista Dinarte Nobre de Madoiro, coordenador da Operação Ianomâmi, da Funai, em Roraima. O ex-secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, também tomou conhecimento da irregularidade. Preferiu calar para evitar novos choques com os generais do Comando Militar da Amazônia (CMA), que chamou de “babacas” em entrevista concedida em Genebra.

Ao final do ano passado o Exército conseguiu concluir, após 12 anos, a rodovia ligando São Gabriel da Cachoeira a Cucuí, na fronteira da Venezuela, onde mantém sua mais antiga guarnição na região. A área indígena ianomâmi de Maturacá, no Vale da Neblina, sempre se caracterizou pelo difícil acesso, onde só se chega de avião ou, então, numa viagem de lancha que dura três dias. A estrada que vem sendo construída pelo Exército poderá facilitar inclusive a penetração de garimpeiros entre os ianomâmis de Maturacá. Há dois anos, o general Thaumaturgo Sotero Vaz, então chefe do Estado Maior do Comando Militar da Amazônia, comandou uma operação para a retirada de garimpeiros que atuavam em áreas próximas ao Pico da Neblina, operando através da pista *Constituinte*, construída em território venezuelano.



Riqueza natural ameaçada

O Parque Nacional do Pico da Neblina, com seus 2,2 milhões de hectares, é o segundo maior do Brasil e terceiro de toda a América Latina. Foi criado no dia 5 de junho (Dia Mundial do Meio Ambiente) de 1979. Fica no estado do Amazonas, nos limites do Brasil com a Venezuela e forma com o Parque Nacional Serrania la Neblina, com 1,3 milhão de hectares, um dos maiores complexos bióticos protegidos do planeta. A região é dotada de extraordinária beleza paisagística, abrangendo inclusive o Pico da Neblina, com 3.014 metros - o mais alto do País - e o pico 31 de Março, o segundo em altura, com 2.992 metros.

“A flora do parque é de grande interesse ecológico, por situar-se entre a caatinga do alto Rio Negro e a floresta tropical densa”, atesta a diretoria de Ecossistemas do Ibama. A fauna é riquíssima: onça-pintada, gato-mara-

cajá, tatu-canastra, tamanduá-bandeira, anta, capivara, queixada, caitetu, quatipuru, cotia, uacari-preto, macaco zog-zog, e as aves hárcia, gavião-pegamacaco, galo-da-serra, gavião-de-penacho, inhambu-assu, jacu, mutum-do-norte, andorinha morena.

Dentro do parque encontra-se ainda o morro dos Seis Lagos, onde a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM) descobriu, na década de 80, uma das maiores jazidas de nióbio do mundo. O Seis Lagos poderá, inclusive, ganhar o título de *Monumento Natural* graças à sua beleza. Ainda em 1982 foi iniciada a demarcação da área e a construção de uma base de fiscalização. Sendo, toda a sua área, terra devoluta da União, o Parque Nacional do Pico da Neblina exigirá poucos investimentos financeiros para sua regularização fundiária e efetiva implantação.